

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.209 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 28 DE NOVEMBRO DE 2000

Líderes e Comissão de Orçamento tentam garantir hoje aumento do salário mínimo

Em reunião com o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e o relator da proposta orçamentária, Amir Lando, parlamentares devem definir de onde sairão os recursos para que a Previdência possa pagar o piso salarial de R\$ 180



Floresta Amazônica e Semi-árido são temas de debate no Senado

A preservação da Amazônia e a seca no Nordeste foram debatidas ontem em Plenário. Gilberto Mestrinho defendeu a cobrança de taxa dos países emissores de gases poluentes. O dinheiro seria usado em benefício da floresta. Já Maria do Carmo cobrou do governo ações permanentes contra a estiagem que periodicamente atinge o Semi-árido.

PÁGINAS 7 E 8



A preservação da Floresta Amazônica (*foto maior*) depende da redução da emissão de gases pelos países ricos, disse Mestrinho. Para Maria do Carmo, os problemas do Semi-árido são consequência do descaso

Líderes partidários no Congresso e integrantes da Comissão Mista de Orçamento reúnem-se hoje com o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e o relator da proposta orçamentária, Amir Lando. Eles querem definir a votação de dois projetos contra a sonegação e a elisão fiscal apontados como principais fontes de recursos para assegurar o aumento do salário mínimo. Lando também se reúne com o ministro do Planejamento, Martus Tavares, e a comissão pode ouvir o ministro da Previdência, Waldeck Ornélas.

PÁGINAS 2 E 3

PLENÁRIO

Normas para trabalho de aprendiz estão na pauta

PÁGINA 4

CAE

Comissão pode votar nova Lei de Informática

PÁGINA 3

CRE

Porte de arma de fogo volta a ser debatido

PÁGINA 5

CCJ

Desembargador indicado para STJ terá sabatina

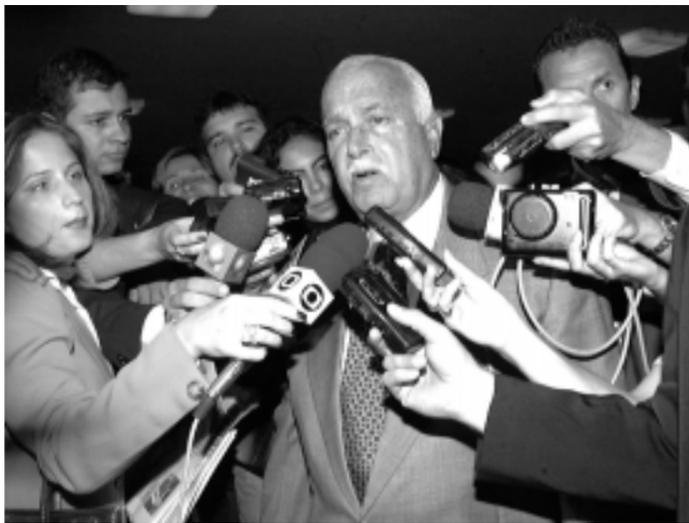
PÁGINA 4



ACM cobra ações contra corrupção na Sudam

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (*foto*), cobrou do governo federal providências a respeito das denúncias de corrupção na Sudam. De posse de documentos apontando irregularidades, o senador defendeu a criação de CPI para investigar o órgão.

PÁGINA 8



Antonio Carlos Magalhães disse que mantém sua intenção de não votar o Orçamento antes de uma decisão sobre o salário mínimo

Reunião da Comissão de Orçamento pode definir hoje aumento do mínimo

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou ontem de manhã que uma nova reunião dos integrantes da Comissão Mista de Orçamento, que será realizada hoje à tarde, deverá definir as fontes alternativas para elevar o salário mínimo dos atuais R\$ 151 para R\$ 180.

Além de Antonio Carlos, devem participar do encontro o presidente e o relator da comissão, deputado Alberto Goldman (PSDB-SP) e senador Amir Lan-

do (PMDB-RO), respectivamente, e ainda os líderes dos partidos nas duas Casas legislativas.

Antonio Carlos disse que mantém sua intenção de não colocar o Orçamento da União para 2001 em votação no Congresso enquanto a questão do mínimo não for definida. Ele disse ainda que a Câmara deverá desobstruir a pauta para decidir sobre o assunto.

— Acho que poderia até já ter sido desbloqueada essa pauta — opinou o senador.

Jucá elogia ação preventiva de incêndios em Roraima

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) elogiou o anúncio pelo Ministério do Meio Ambiente de medidas preventivas ante a possibilidade de incêndios em Roraima. Há cerca de dois anos e meio, observou, o estado passou por situação de extrema dificuldade com um incêndio que devorou grande parte do território estadual, atingindo inúmeras propriedades de pequenos produtores rurais.



Jucá lembrou incêndio há dois anos e meio

No último fim de semana, registrou Jucá, o ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, esteve em Roraima e procurou definir, em encontros com prefeitos e produtores do estado, as ações a serem adotadas. Na visita, o ministro assinou convênio para o aparelhamento das brigadas estaduais contra incêndios. Outros projetos serão desenvolvidos na área de conscientização ambiental, disse Jucá.



TERÇA-FEIRA, 28 DE NOVEMBRO DE 2000

AGENDA

Presidente

Antonio Carlos Magalhães

15h30 — Preside sessão deliberativa ordinária

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLC nº 34/99, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida; PLC nº 74/2000, altera dispositivos do Decreto-Lei nº 5.452/43 (Consolidação das Leis do Trabalho), que proíbe o trabalho do menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz; PDLs nº 88/2000, nº 118/2000, nº 163/2000 e nº 216/2000, que tratam de concessões de emissoras de rádio.

COMISSÕES

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: PRS nº 49/99, altera a Lei nº 8.248/91, a Lei nº 8.387/91 e o Decreto-Lei nº 288/67, dispondo sobre a capacitação e competitividade do setor de tecnologia de informação; PRSs nºs 75 e 78, de 2000, que alteram a Resolução nº 78/98, do Senado, para suspender, pelo período de 12 meses, o pagamento de serviços de dívidas dos estados de Alagoas e de Pernambuco junto à União; e PRS nº 79/2000, altera a Resolução nº 78/98, do Senado, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de outorga. *Ala Senador Alexandre Costa — sala 19*

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Mensagem nº 208/2000, que submete à apreciação do Senado a escolha do nome de Anne Elisabeth Nunes de Oliveira, para exercer o cargo de defensor público-geral da União, com mandato de dois anos; e Mensagem nº 237/2000, que submete à apreciação do Senado o nome de Sebastião de Oliveira Castro Filho para compor o Superior Tribunal de Justiça. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

11h30 — Comissão de Educação

Pauta: PR nº 77/2000, cria no âmbito do Senado, a Universidade do Legislativo Brasileiro; PLC nº 52/99, que institui normas gerais relativas à atividade de peão-de-rodeio, equiparando-o ao atleta profissional; Requerimento s/nº, do senador Geraldo Cândido e outros, solicitando sejam convidados o ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga; o procurador da República André de Carvalho Ramos; os representantes da Rede TV, Fábio Saboya e Amilcare Dalveo Jr.; e o representante dos funcionários da emissora, Nilton Martins, para prestarem esclarecimentos acerca da renovação da concessão da Rede Ômega e dos acordos trabalhistas assumidos pelos controladores; e PDLs aprovando atos de renovação, de concessão e de outorga de permissão para a exploração de serviço de radiodifusão sonora. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

14h30 — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: audiência pública com a presença do ministro da Previdência e Assistência Social, Waldeck Ônelas, para prestar esclarecimentos acerca do Orçamento 2001.

18h — Pauta: apreciação da proposta de alteração do parecer preliminar e de outras matérias em tramitação. *Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados*

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: diversas matérias, entre as quais PDLs nº 40/2000, que aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos Reguladores, celebrado entre os governos do Brasil e da Suíça; PDL nº 124/2000, que aprova o texto do acordo de cooperação entre as academias diplomáticas do Brasil e do México; e PDL nº 131/2000, que aprova o texto do Protocolo de São Luís sobre a Responsabilidade Emergente de Acidentes de Trânsito entre os Estados Partes do Mercosul. *Ala Senador Alexandre Costa — sala 5*

PREVISÃO

PLENÁRIO

Quarta-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: diversas matérias, entre as quais PLS nº 591/99, que altera a composição do conselho a que se refere a Lei Complementar nº 66/91, e Requerimento nº 567/2000, do senador Jefferson Péres e outros, solicitando seja convocado o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, para prestar, perante o Plenário da Casa, esclarecimentos sobre operações da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Hora do Expediente: será destinada a comemorar o centenário de nascimento de Milton

Brasil 500



Compos.

Pauta: PLC nº 1/99, regulamenta o parágrafo 4º do art. 199 da Constituição federal, relativo à coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação do sangue, seus componentes e derivados; estabelece o ordenamento institucional indispensável à execução adequada dessas atividades; e PDL nº 168/2000, aprova o ato que outorga permissão à MR Radiodifusão para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vitória do Mearim (MA).

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Quarta-feira

9h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: diversas matérias, entre as quais PLC nº 88/2000, que dispõe sobre a obrigatoriedade de inserção nas embalagens de roupas íntimas de orientações impressas sobre a importância de exames preventivos de câncer de mama, colo de útero e de próstata; PLS nº 53/2000, que cria reserva do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE), para as unidades da federação que abrigarem, em seus territórios, unidades de conservação da natureza e terras indígenas demarcadas; PLS nº 216/99, que proíbe, por cinco anos, o plantio e a comercialização de alimentos contendo organismo geneticamente modificado (OGM) ou seus derivados, em todo o território nacional; PLS nº 75/2000, altera a Lei nº 5.889/73, que estatui normas reguladoras do trabalho rural; e PLS nº 202/2000, que isenta os doadores de sangue do pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos.

Após a Ordem do Dia:

Pauta: audiência pública com a finalidade de explicar e debater os critérios para definição dos municípios contemplados com o Programa IDH-14 (Índice de Desenvolvimento Humano), atendendo o requerimento do senador Sebastião Rocha, com a presença do ministro-chefe da Casa Civil, Pedro Parente; da secretária Nacional de Assistência Social, Vanda Engel; e do representante no Brasil do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: diversas matérias, entre as quais emendas de Plenário ao PLC nº 1/2000, que dispõe sobre a relação entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas de suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar; PLS nº 313/99, que autoriza o Poder Executivo a adotar medidas de apoio aos servidores responsáveis por portadores de deficiências físicas, sensoriais ou mentais; e PLS nº 170/2000, altera dispositivo da Lei nº 7.116/83, para tornar gratuita a emissão de carteira de identidade no caso que menciona. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: exposição dos membros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica sobre o desempenho de suas atividades, em decorrência da aprovação do Requerimento nº 28/2000-CAE, de autoria do senador Pedro Simon.

17h — exposição de Francisco Gross, presidente do BNDES, acerca do novo plano estratégico do BNDES, em decorrência da aprovação do Requerimento nº 38/2000-CAE, de autoria do senador Jefferson Péres. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

10h — Comissão de Educação

Pauta: audiência pública para instrução do PLC nº 105/96, que dispõe sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão do tráfico ilícito e do uso indevido de entorpecentes e drogas afins, com a presença do ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Alberto Mendes Cardoso; do advogado e professor do Uniceub, Ney Moura Teles; do advogado e ex-presidente do Conselho Federal de Entorpecentes (RS), Luiz Mathias Flack; do coordenador do Programa Nacional de Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde, Paulo Teixeira; e da educadora com projetos de combate a drogas (SP), Maria José Ciqueira.

Após Ordem do Dia:

Pauta: audiência pública com a finalidade de instruir o PLS nº 151/2000, que dispõe sobre o acesso a informações na Internet, com a presença do presidente da Associação Brasileira dos Provedores de Internet (Abranet), Roque Abdo; do coordenador-geral do Laboratório de Sistemas Integráveis da USP (SP), João Antônio Zuffo; do diretor da Consultoria do Prodasen, Francisco José Fiúza Lima; e diretor da Divisão de Sistemas Legislativos do Prodasen, João de Holanda. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

10h — CPI de Roubo de Cargas

Pauta: avaliação dos trabalhos durante o corrente ano, elaboração de sugestões para o Calendário 2001 e votação de requerimento. *Ala Nilo Coelho — Sala 2*

Quinta-feira

9h — CPI do Futebol

Pauta: depoimento do treinador Wanderley Luxemburgo. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida

Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Ministro da Previdência analisa com parlamentares o reajuste do mínimo

Waldeck Ornélas deve participar hoje de audiência promovida pela Comissão de Orçamento. Previsão é de que o impacto do aumento salarial nas contas do ministério chegue a R\$ 2,8 bilhões

O reajuste do valor do salário mínimo deverá ser o tema principal da audiência pública marcada para hoje pela Comissão Mista de Orçamento, com a presença do ministro da Previdência e Assistência Social, Waldeck Ornélas. A comissão está empenhada em buscar fontes de receita capazes de custear o aumento de R\$ 2,8 bilhões nas despesas da Previdência, caso o mínimo venha a ser estabelecido em R\$ 180 a partir de 1º de maio de 2001.

Atualmente, 12,3 milhões de aposentados recebem da Previdência Social benefício de valor equivalente a um salário mínimo. A definição do novo valor do salário terá, por isso, impacto direto sobre as despesas do ministério no próximo ano. O projeto de Orçamento da União para 2001 toma por base o valor de R\$ 159 para o mínimo. Ornélas debaterá com os parlamentares da comissão a possibilidade de se elevar o valor para R\$ 180.

Na quarta-feira passada, o comitê de receitas da Comissão Mista de Orçamento decidiu propor às lideranças partidárias a destinação de metade da verba reservada às emendas de parlamentares no projeto de Orçamento – fixada em R\$ 1,6 bilhão – para o aumento do salário mínimo. Além disso, o comitê concordou com uma sugestão do Poder Executivo de cortar R\$ 300 milhões nas verbas de custeio no próximo ano. Mais R\$ 1,7 bilhão seria adicionado a esse cálculo pela aprovação de dois projetos que tramitam na Câmara destinados a combater a sonegação de impostos e a elisão fiscal. As três medidas somadas seriam capazes de render aos cofres públicos os R\$ 2,8 bilhões necessários para o custeio do novo salário mínimo.



Comissão Mista de Orçamento faz audiência e aguarda decisão dos líderes sobre projetos

Líderes decidem como votar projetos contra sonegação

Líderes de partidos políticos no Senado e na Câmara reúnem-se hoje, com a presença do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, para decidir como e quando serão votados os projetos contra a sonegação, destinados a financiar o aumento do salário mínimo para R\$ 180 em 1º de maio do próximo ano. São duas propostas, mas a pauta de votação da Câmara está paralisada porque o Executivo insiste que, antes, sejam votados quatro projetos, inclusive um que regulamenta a previdência complementar dos funcionários públicos.

A reunião está marcada para as 15h e estará presente o relator-geral do Orçamento 2001, senador Amir Lando (PMDB-RO), que apontou os projetos anti-sonegação como fonte para bancar o mínimo, rejeitando a proposta do governo de instituir a cobrança previdenciária dos inativos, por falta de tempo para sua votação – o assunto é polêmico e já chegou a ser derrubado em outras

votações. Na quinta-feira, os líderes apoiaram o relator-geral em sua decisão de descartar a taxação dos inativos.

Antes da reunião dos líderes, ao meio-dia, Amir Lando terá um novo encontro com o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, para saber se o governo tem alguma contraproposta às alternativas da Comissão Mista de Orçamento para o financiamento do salário mínimo. Conforme notícia dos jornais, o Executivo insistirá que o Congresso vote a emenda dos inativos, mesmo que o dinheiro não seja destinado ao salário mínimo.

A decisão sobre as fontes do salário mínimo vem atrasando a discussão e a votação do projeto de Orçamento 2001. Primeiro, as oposições na Comissão Mista de Orçamento decidiram obstruir qualquer votação, até que se resolvesse o financiamento do mínimo. Depois, o próprio relator-geral propôs a paralisação dos trabalhos dos dez sub-relatores, pois

não tinha condições de dizer com quanto eles contarão para bancar as emendas dos parlamentares sem que haja antes definição para as fontes do mínimo.

Além da paralisação do projeto orçamentário, os partidos que apoiam o governo têm encontrado dificuldades na Comissão de Orçamento para votar até mesmo créditos suplementares para o Executivo. Nos últimos dias, chegaram ao Congresso mais de 80 pedidos de créditos suplementares e a comissão só conseguiu votar dois deles, por causa da obstrução das oposições.

Apostando que os líderes resolveriam hoje o problema da votação dos projetos que financiarão parte do aumento do salário mínimo, o presidente da comissão marcou reunião para mais tarde, às 18h. O objetivo é votar um adendo ao relatório parcial de Amir Lando sobre as fontes do novo salário mínimo, um novo cronograma de tramitação do projeto orçamentário e parte dos créditos suplementares.



Ney Suassuna é relator do projeto da informática, que está na pauta da CAE

CAE examina a nova Lei de Informática

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve votar hoje o projeto que institui a nova Lei de Informática. O projeto, de iniciativa do Executivo, faz várias alterações na atual legislação e estabelece, entre outras coisas, novos critérios de benefícios fiscais para a indústria de informática nos próximos nove anos. A reunião está marcada para as 10h.

O relator da matéria, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), que também preside a CAE, é favorável ao projeto original, mas defende a inclusão de monitores de vídeo e telefones celulares entre os chamados bens de informática, ao contrário do que decidiu a Comissão de Educação.

A Comissão de Assuntos Econômicos também vai examinar, na mesma reunião, o projeto de resolução que suspende por um ano o pagamento das dívidas, junto à União, dos estados de Pernambuco e de Alagoas. O objetivo é garantir aos dois estados mais recursos para combater os estragos provocados pelas últimas enchentes. O projeto é do senador Roberto Freire (PPS-PE).

A CAE vota ainda, preliminarmente, requerimento do senador Jefferson Péres (PDT-AM) que pede o exame, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), do projeto de resolução que permite a antecipação da receita de *royalties* de estados produtores de petróleo. A proposta condiciona a antecipação de *royalties* à aplicação em fundos de previdência dos servidores públicos ou na amortização de dívidas com a União. Jefferson Péres apresentou o requerimento porque tem dúvidas sobre a possibilidade de que se mude um mesmo item de uma resolução do Senado na mesma legislatura.

AS PROPOSTAS DO RELATOR PARA FINANCIAR O SALÁRIO MÍNIMO DE R\$ 180

FONTES	QUANTO RENDERA	DO QUE DEPENDE
Uso de metade da verba do Orçamento destinada às emendas parlamentares	R\$ 800 milhões	Já conta com apoio dos líderes dos partidos da base governista
Corte de 1% nos gastos de custeio previsto no Orçamento 2001	R\$ 300 milhões	Já tem apoio do comitê de receitas da Comissão Mista de Orçamento
Aprovação de projeto que permite à Receita ter acesso à movimentação bancária de suspeitos de sonegação	R\$ 9 bilhões, conforme estudo dos economistas do Congresso. O relator quer usar R\$ 1,7 bilhão para o salário mínimo. O Executivo acha que o projeto só dará R\$ 1,2 bilhão	Passou pelo Senado e, na Câmara, recebeu substitutivo que o modifica bastante. Se aprovada a mudança, o projeto voltará ao Senado
Aprovação de projeto que pune o uso abusivo de brechas da lei para redução de IR a pagar (elisão fiscal)	Tanto o Executivo quanto os economistas do Congresso acham difícil fazer o cálculo	Já tem parecer na Câmara. Se aprovada, a proposta seguirá depois para o Senado

CCJ sabatina desembargador indicado para vaga no STJ

Em reunião marcada para hoje, às 10h, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) analisa a indicação do desembargador Sebastião de Oliveira Castro Filho para ocupar o cargo de ministro no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Depois de sabatinar o indicado, os senadores da comissão decidem se aprovam o relatório do senador Iris Rezende (PMDB-GO), favorável à indicação, em votação secreta. Caso seja aprovado, o nome do desembargador será submetido ao Plenário.

Castro Filho foi indicado para ocupar vaga destinada a desembargador aberta pela aposentadoria do ministro Eduardo Andrade Ribeiro de Oliveira. Mineiro, ele desenvolveu sua carreira profissional em Goiás, onde atua no Tribunal de Justiça (TJ). Caso seu nome seja aprovado pelo Senado, Castro Filho, segundo o STJ, deve atuar junto à Segunda Turma, especializada em direito público.



Iris Rezende deu parecer favorável à indicação de Castro Filho para o STJ

DEFENSORIA

Além de Castro Filho, os senadores devem sabatinar na reunião Anne Elisabeth Nunes de Oliveira, indicada para exercer o cargo de defensor público-geral da União por dois anos. Criada pela Lei Complementar nº 80, de 1994, a Defensoria Pública é parte da função jurisdicional da União, encarregada de prestar assistência jurídica judicial e extrajudicial, integral e gratuita, aos necessitados que não têm condições de arcar com as despesas de um advogado.

O defensor público-geral preside o Conselho Superior da Defensoria Pública e atua junto ao Supremo Tribunal Federal (STF). Anne Elisabeth Oliveira foi escolhida pelo presidente entre integrantes da carreira de defensor público maiores de 35 anos. O senador José Fogaça (PMDB-RS) é o relator da indicação e o seu relatório também será submetido a votação secreta. Aprovado na CCJ, o parecer segue para apreciação do Plenário.

O defensor público-geral preside o Conselho Superior da Defensoria Pública e atua junto ao Supremo Tribunal Federal (STF). Anne Elisabeth Oliveira foi escolhida pelo presidente entre integrantes da carreira de defensor público maiores de 35 anos. O senador José Fogaça (PMDB-RS) é o relator da indicação e o seu relatório também será submetido a votação secreta. Aprovado na CCJ, o parecer segue para apreciação do Plenário.

Eduardo Siqueira Campos quer esclarecer atuação da Serasa

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) pediu que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprove na reunião de hoje requerimento convocando Elcio Anibal de Lucca, presidente da Serasa, que mantém um serviço de cadastro de devedores dos bancos privados, e o advogado Edson Galdino Vilela de Souza, que vem fazendo denúncias de inscrições irregulares no sistema. O senador disse ter recebido mais de 200 e-mails sobre o tema, a maioria com denúncias de inscrições irregulares.

— É preciso regularizar essa situação injusta, violadora dos direitos do cidadão — disse. Eduardo quer, além da retirada gratuita do nome injustamente colocado no cadastro, que sejam respeitadas as liminares nesse sentido e que os responsáveis pelo serviço esclareçam a forma como as inscrições



Eduardo já recebeu mais de 200 e-mails sobre problemas com o Serasa

são realizadas.

Para comprovar a fragilidade do sistema, o advogado Edson Galdino Vilela de Souza inseriu na Serasa, com registro em cartório, o nome do presidente Fernando Henrique Cardoso e de senadores e deputados. O presidente foi registrado como devedor de R\$

200, não pagos no prazo.

Eduardo Siqueira Campos reconheceu a importância do serviço para proteger o comércio e bancos dos maus pagadores, mas defendeu a apuração das denúncias. O senador pretende saber do Banco Central se há algum monitoramento sobre a entidade. Ele informou que da Serasa é uma entidade civil, fundada pela Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban). Estima-se que haja 40 milhões de brasileiros inscritos da Serasa, com 1 milhão de inscrições mensais.

Senado vota regulamentação do trabalho de menor aprendiz

Projeto a ser apreciado hoje pelo Plenário regulamenta a Constituição, assegura direito ao salário mínimo/hora e fixa a jornada diária

O Senado vota hoje projeto do Executivo que regulamenta texto constitucional proibindo o menor de 16 anos de trabalhar, salvo na condição de aprendiz. De acordo com o texto, o menor terá direito ao chamado salário mínimo/hora com jornada de trabalho não superior a seis horas diárias, sendo vedada a prorrogação e a compensação da jornada. O projeto adapta a atual legislação às determinações constitucionais.

Já aprovada pela Câmara, a matéria determina que o menor de idade poderá frequentar programas de aprendizagem e cursos de formação técnico-profissional a partir dos 14 anos. De acordo com o texto, a extinção do contrato de aprendizagem ocorrerá quando o aluno completar 18 anos, tiver desempenho insuficiente ou inadaptado para o aprendizado, ou apresentar falta disciplinar grave ou ausência injustificada à escola que implique perda do ano letivo.

Os menores deverão frequentar os cursos dos serviços nacionais de aprendizagem, espalhados por todo o país. Nos municípios em que esse tipo de serviço não existir, os aprendizes terão direito de utilizar as escolas técnicas de educação e entidades sem fins lucrativos que tenham por objeti-



vo a educação profissional e a assistência ao adolescente.

Também aguarda votação projeto estabelecendo normas gerais e critérios básicos para a acessibilidade de deficientes físicos, mediante a supressão de barreiras e obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

De iniciativa do governo e já votado na Câmara, o projeto dispõe que o planejamento e a urbanização das vias públicas, dos parques e demais espaços de uso público, assim como dos mobiliários urbanos, deverão ser adaptados, no sentido de promover a mais ampla acessibilidade aos portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida.

O texto também estabelece que os banheiros de uso público deverão ser acessíveis e dispor, pelo menos, de um sanitário e um lavatório que atendam às especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Dispõe também que, em todas as áreas de estacionamento em espaços públicos, deverão ser reservadas vagas para pessoas portadoras de deficiência.

Na mesma sessão, o Senado vota decretos legislativos destinados a renovar a concessão de funcionamento da Fundação Bom Jesus de Rádio e Televisão, de Pindamonhangaba (SP); Fundação Dom Bosco, de Campo Grande (MS); Rádio Globo Eldorado, do Rio de Janeiro (RJ); e da Associação Comunitária de Rádio, de São João do Piauí (PI).

CE poderá discutir transferência da Manchete para a Rede TV!

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) apresentou requerimento de convocação do ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, do procurador da República André de Carvalho Ramos e dos diretores da Rede TV! para que expliquem a transferência da concessão de televisão da antiga TV Manchete para a TV Ômega. O requerimento será votado na reunião da Comissão de Educação (CE) prevista para hoje, às 11h30.

Os representantes da Rede TV! citados no requerimento são Fábio Saboya e Amilcare Dallevo Júnior. O senador pretende ouvir também o representante dos funcionários da

emissora, Nilton Martins. Além da transferência de concessão, os senadores querem esclarecimentos sobre os acordos trabalhistas da emissora.

Outro item da pauta é o projeto de resolução da Mesa do Senado que cria a Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis), que tem parecer favorável do relator, senador José Fogaça (PMDB-RS). Pela proposta, o Senado criará uma instituição de ensino superior, pesquisa e extensão destinada à formação e ao aperfeiçoamento dos servidores do Legislativo.

Com 13 itens, a pauta da CE também inclui projeto de lei da Câmara dos Deputados que equi-



Saturnino pretende ouvir Pimenta da Veiga, procurador e representante da Rede TV!

para a atividade de peão-boieiro à de atleta profissional. O parecer do senador Romeu Tuma (PFL-SP) é favorável ao projeto.

Além desses, ainda serão discutidos e votados dez projetos de decreto legislativo que tratam da concessão ou renovação de emissoras de rádio em vários estados.

CRE retoma debate sobre o porte de armas de fogo

Em reunião marcada para as 17h30, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional também deve votar vários acordos internacionais

Projetos que restringem o porte de armas de fogo voltam a ser debatidos pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) a partir das 17h30 de hoje. Os projetos já foram examinados na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), tendo recebido substitutivo do senador Renan Calheiros (PMDB-AL). Na CRE, as matérias dependem da aprovação de parecer do senador Pedro Piva (PSDB-SP), que busca um acordo sobre qual deverá ser o alcance da proibição do porte de armas.

A CRE também votará seis projetos que tratam de acordos, protocolos e convenções internacionais assinados pelo governo brasileiro, tais como o acordo sobre serviços aéreos regulares firmado com a Suíça, o acordo de cooperação diplomática com o México, o protocolo entre os integrantes do Mercosul sobre responsabilidade civil em acidentes de trânsito e o envio de um contingente de peritos eleitorais, oficiais militares e policiais militares para ficarem à disposição da ONU no Timor Leste.



Pedro Piva está em busca de um acordo em torno do alcance da proibição do porte de armas



Senado recebe da CBF contratos de publicidade e outros documentos

A comissão parlamentar de inquérito do Senado que está investigando o futebol brasileiro recebeu no final da semana passada várias caixas enviadas pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF), contendo documentos solicitados pela CPI. Os mais importantes, na avaliação do presidente Álvaro Dias (PSDB-PR), são os registros dos atletas, os contratos de transmissão de jogos e os acordos de publicidade com a Traffic e a Coca-Cola.

Sobre o depoimento do ex-treinador da Seleção Brasileira Wanderley Luxemburgo, marcado para as 9h da próxima quinta-feira, o senador Álvaro Dias esclareceu que o treinador terá as declarações que prestar aos mem-



O material também trata de registro de atletas e acordos para transmissão de jogos

bro da CPI confrontadas com as informações concedidas pela estudante de Direito Renata Alves e os documentos já de posse da comissão, referentes à quebra do seu sigilo bancário.

Já chegaram à CPI do Futebol vários documentos bancários e imobiliários com os registros de

cartórios de imóveis. Entre as acusações feitas contra Wanderley Luxemburgo, estão as denúncias de que ele teria cometido falsidade ideológica, sonegado impostos e recebido comissão pela venda de jogadores.

O técnico deverá se pronunciar a respeito de reportagem dos jornalistas Cláudio Neves e Wilson de Carvalho, publicada no *Jornal dos Sports* no dia 19 de novembro. Conforme a reportagem, o jogador Macula afirmou que na sua transferência do Juventude (RS) para o Palmeiras (SP) o treinador teria recebido algum tipo de comissão.

Moreira critica IBGE por condução do Censo 2000

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) lamentou ontem o atraso na finalização do Censo 2000, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo ele, o levantamento não foi concluído porque 4,75% da população brasileira — sobretudo a residente na região Norte, em locais de difícil acesso — ainda não foi recenseada, e a coleta de dados é feita de forma “atabalhoada, sem que se possa confiar nos resultados que dela advirão”.

Moreira afirmou que os estados do Norte têm sido sistematicamente prejudicados em todas as pesquisas feitas no Brasil, “tanto que os últimos

levantamentos por amostragem domiciliar não incluem a população rural de Rondônia, Roraima, Acre, Amazonas e Pará. Ele citou o caso de Machadinho d'Oeste (RO), que, segundo dados do IBGE de 1996, teria 28.949 habitantes. Mas, explicou o senador, o prefeito da cidade, Neodi Carlos de Oliveira, diz que só entre 1998 e 1999 foram assentadas 20.600 pessoas, indicando uma distorção nos dados.

—A preocupação do prefeito é justa e razoável. Se a população contada pelo IBGE não se aproximar do número verdadeiro, o município será prejudicado, posto que vai ter de



Moreira Mendes pôs em dúvida dados divulgados pelo IBGE

atender toda sua população, recenseada ou não, com ações públicas, sem receber do governo as verbas a que tem direito — disse Moreira.

Ele refutou informação da revista *Veja* de que ele, o deputado Oscar Andrade (PFL-RO) e o prefeito de Machadinho d'Oeste teriam ido ao IBGE para “arrumar um jeitinho de aumentar a população” do município. “Nunca estive na sede do instituto, assim como não assinei documento nenhum pedindo a recontagem populacional”, frisou.

Fujimori caiu por enfrentar multinacionais, diz Fogaça

Interesses contrariados das multinacionais Shell e Mobil Oil levaram à queda o presidente da República do Peru, Alberto Fujimori. A hipótese foi levantada pelo senador José Fogaça (PMDB-RS). Segundo ele, as empresas obtiveram, em março de 1996, um contrato de concessão, por 40 anos, para exploração de gás natural do campo de Camisea, a segunda maior jazida da América Latina. O contrato foi assinado pelo próprio Fujimori, que o classificou como o “contrato do século”.

Fogaça explicou que as duas empresas formaram um consórcio e o contrato estabelecia o investimento de US\$ 3,5 bilhões em 15 anos. “As quantidades envolvidas são espantosas, são gigantescas. O campo de Camisea abriga 13 trilhões de pés cúbicos de gás natural e 600 milhões de barris de petróleo”, assinalou.

Segundo o senador, o problema teria começado quando as empresas já haviam investido US\$ 250 milhões e preparavam-se para iniciar a segunda fase do projeto, com a construção de um gasoduto até Lima. Nesse momento, explicou, exigiram a aplicação de uma administração vertical, pela qual teriam o controle completo, não apenas sobre a exploração do gás, mas tam-

bém sobre o transporte, a distribuição e os direitos de exportação da produção excedente, além do estabelecimento de determinadas tarifas.

Fogaça disse que Fujimori teve um “lampejo e resolveu sair da direita e posicionar-se na esquerda”, rejeitando as exigências das empresas. As empresas, continuou, ameaçaram deixar o país e os embaixadores do Reino Unido e dos Estados Unidos, países sedes da Shell e da Mobil Oil, reuniram-se com Fujimori para intervir em nome delas, não obtendo êxito. Fujimori abriu licitação, prosseguiu Fogaça, e o novo contrato foi ganho por um consórcio formado pela empresa argentina Pluspetrol, a coreana SK e a americana Hunt. O senador acredita que as empresas e os governos contrariados tramaram para desestabilizar o governo de Fujimori. “O ditador não caiu pelo autoritarismo ou pela corrupção. Caiu por um gesto de nacionalismo”, afirmou José Fogaça.



Fogaça: nacionalismo, e não corrupção, foi o que derrubou Fujimori

Independência do BC pode tornar país ingovernável, afirma Lauro

O senador Lauro Campos (PT-DF) acredita que o país pode ser atirado na ingovernabilidade caso o governo consiga aprovar a proposta de independência do Banco Central (BC). A consequência, avalia ele, seria a independência da política econômica. Lauro disse que as forças políticas que hoje detêm o poder já consideram seriamente a hipótese de perder as próximas eleições presidenciais e já preparariam sua “retirada”. Isso justificaria a tentativa de “engessar” o próximo presidente da República, impedindo-o de mudar os dirigentes do BC e do Banco do Brasil.

— A nação exige que o atual governo limite suas ações ao seu período de mandato, deixando ao futuro governo a responsabilidade de escolher o que é melhor para o país — afirmou, citando discurso feito pelo próprio FHC quando senador.

Tendo em mãos o livro *A Outra*

Face do Presidente, coletânea de discursos do então senador, organizada por B. Calheiros Bonfim, Lauro leu também o trecho em que Fernando Henrique criticava a obsessão do governo em combater a inflação. “Não podemos ter como obsessão o nível de inflação, mas o pleno emprego e a capacidade de levar esperança à população mais pobre”, citou.

Leu também trechos do livro *As Idéias e seu Lugar*, em que Fernando Henrique declara ser impossível manter o equilíbrio orçamentário e ao mesmo tempo pagar a dívida externa, descartando a política econômica proposta pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). O senador manifestou alívio pela queda do presidente peruano Alberto Fujimori. Para ele, isso teria desencorajado a ambição de Fernando Henrique, que estaria aspirando a uma nova reeleição.



Lauro usa argumentos de FHC senador para criticar o presidente

Futura ministra apóia PEC sobre efeito vinculante

Ellen Gracie Northfleet visitou o gabinete do senador Ronaldo Cunha Lima, autor da proposta, para manifestar sua posição. Matéria já foi aprovada no Senado e por uma comissão da Câmara dos Deputados

Proposta de emenda constitucional do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), 1º secretário do Senado, que amplia o efeito vinculante para decisões tomadas pelo Supremo Tribunal Federal, recebeu o apoio, na semana passada, da juíza Ellen Gracie Northfleet, que visitou o gabinete do senador para manifestar sua posição. O assunto é um dos temas que compõem a reforma do Judiciário, em tramitação nas duas Casas legislativas.

Ellen Northfleet, que será a pri-

meira mulher a integrar o STF, declarou ser favorável à proposta durante sabatina na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que avaliou sua indicação para o cargo. Para ela, a ampliação do efeito vinculante também para as decisões de mérito poderá realmente desobstruir os trabalhos do Supremo. Atualmente, a decisão de efeito vinculante é prevista na Constituição apenas para os julgamentos do STF sobre a constitucionalidade das matérias.

– Considero o grande número de processos que chegam ao Supremo uma deformação do sistema – afirmou a juíza. Segundo dados levantados por Ronaldo, o Supremo brasileiro é sobrecarregado e recebe cerca de 25 mil processos por ano. A Suprema Corte dos Estados Unidos, exemplificou o senador, julga no máximo 500 causas por ano.

A PEC de Ronaldo Cunha Lima, apresentada em 1995, foi aprovada pelo Senado e também pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara dos Deputados, aguardando apreciação do Plenário daquela Casa. No Senado, a proposta passou pela CCJ, sob a relatoria do senador Jefferson Péres (PDT-AM), e foi objeto de debate em seis audiências públicas. Delas participaram os ministros Sepúlveda Pertence e Celso de Mello, ambos do STF, o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, o ministro Evandro Lins e Silva e juristas da Ordem dos Advogados do Brasil e da Associação de Magistrados Brasileiros. Os primeiros manifestaram-se favora-

velmente à idéia, enquanto os representantes dos advogados e magistrados registraram o temor que os juízes das instâncias inferiores têm de perder seu poder de decisão diante da imposição da súmula vinculante.

A proposta, que recebeu 57 votos favoráveis no Plenário do Senado, prevê que os julgamentos do Supremo somente terão efeito vinculante caso dois terços dos membros do tribunal assim decidirem. Ronaldo argumenta que o efeito vinculante, além de desafogar o Supremo – dados mostram que 85% dos processos anualmente encaminhados ao STF são repetitivos –, poderá harmonizar as decisões judiciais que en-



Ellen Northfleet: efeito vinculante pode acelerar trabalho do STF

volvem as questões de constitucionalidade e facilitar o acesso dos interessados ao Judiciário.

Entre as principais críticas que a medida enfrenta destacam-se o alegado risco à independência do juiz – visto que ele, em princípio, deverá submeter-se às decisões da corte máxima – e o engessamento da jurisprudência.

Mecanismo estabelecido pela Constituição pode ser ampliado

Efeito vinculante é o mecanismo, previsto pela Constituição em seu artigo 102, pelo qual todos os órgãos do Poder Judiciário e os de administração pública direta e indireta da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios deverão adotar as decisões do Supremo Tribunal Federal em suas ações. Tenta-se agora que esse instrumento não seja utilizado apenas para as decisões do STF quanto à constitucionalidade ou

não das matérias, mas também para as deliberações de mérito que o tribunal tenha proferido.

Efeito e súmula vinculante querem dizer, praticamente, a mesma coisa. A súmula é o resumo da decisão do STF que vai produzir o efeito, ou seja, a deliberação sobre determinado assunto. O efeito vinculante de uma decisão pode ser modificado ou retirado em caso de modernização da legislação.



Ronaldo Cunha Lima é autor da PEC já aprovada pelo Senado e em tramitação na Câmara

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO HOJE

5h30 – *Cores do Brasil* – Manaus
6h – *Saúde/Unip* – História de um zoólogo – parte 2
6h30 – *Cidadania* – Sen. Ramez Tebet e Rosângela Magalhães, diretora do Departamento Penitenciário Nacional, falam sobre a realidade do sistema penitenciário
7h30 – *Entrevista* – Sen. Henrique Loyola fala sobre as alterações nos processos de inventários
8h – *Jornal do Senado*
8h30 – *TV Escola* – Crônicas da Terra – Cérebro
9h – *CPI do Futebol* (vivo)
Logo após – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (vivo)
Logo após – Comissão de Educação (gravado)
14h30 – *Sessão Plenária* (vivo)
Logo após – Comissão de Assuntos Econômicos (gravado)
21h – *Jornal do Senado*

21h30 – Comissão de Relações Exteriores (gravado)
Logo após – Sessão Plenária (representação)

RÁDIO SENADO HOJE

8h – *Agenda Senado*
Em seguida – Música e informação
10h – Comissão de Assuntos Econômicos
Em seguida – Música e informação
14h30 – *Sessão Plenária do Senado* (vivo)
Em seguida – Música e informação
19h – *A Voz do Brasil*
Em seguida – Música e informação
20h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Nordeste
Em seguida – Música e informação
21h – *Senado em Linha Direta* – Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida – Música e informação
21h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Sul/Sudeste
Em seguida – Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado
Net: operadora local informa o número do canal
DirecTV: canal 163
Sky Net: canal 30
Tecsat: canal 17
Internet: www.senado.gov.br
Antena Parabólica – Sistema Digital:
• Satélite: B1
• Transponder: 1 BE (Banda Estendida)
• Polarização: Vertical
• Frequência: 3.644,4 MHz
• Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz
• Antena: 3,6 m
• PID: Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110
Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG-2 DVB
• Symbol Rate: 3,2143Ms/s
• FEC: 3/4
Antena Parabólica – Sistema Analógico:
• Satélite - B1
• Transponder - 11 A-2 (canal 8)
• Polarização: Horizontal
• Frequência - 4.130 MHz

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:
• Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
• Receptor ABR 200, ComStream
• LBN DRO ComStream
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:
• Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
• Satélite: Brasilsat B2
• Polarização: Vertical (RX)
• Modo: Joint-Stereo
• Taxa: 128 Kbps-BPSK
• Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Subsecretaria de Projetos Especiais - INCDM

AVOZ do CIDADÃO VOCÊ LIGADO NO SENADO FEDERAL

Participe!
Não custa nada para você,
vale muito para o país.

Ligue! **0800 612211**

www.senado.gov.br - e-mail: cidadao@senado.gov.br



Para Renan Calheiros, a lei pode ser instrumento eficaz de combate ao narcotráfico

Calheiros quer regulamentação da lei sobre aeronaves hostis

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) cobrou ontem a regulamentação da lei que permite o abate de aeronaves hostis em território aéreo brasileiro. Diante da escalada da violência no país, disse, é injustificável que a lei, sancionada em março de 1998, não esteja ainda em vigor, uma vez que representaria eficaz instrumento de combate ao narcotráfico e ao contrabando de armas, fatores que contribuem para o aumento da violência.

Calheiros apresentou projeto definindo as condições em que uma aeronave pode ser considerada hostil e abatida: não possuir plano de vôo autorizado; ter decolado de pista clandestina; estar com marcas falsas de matrícula ou nacionalidade; e não cumprir as determinações emanadas das autoridades aéreas, como responder a indagações ou recusar-se a pousar.

O senador lamentou que a regulamentação não tenha sido incluída entre as medidas anunciadas no Plano de Combate à Violência, nem "ressuscitada" por ocasião da discussão do Plano Colômbia, programa que vem sendo elaborado pelos Estados Unidos para combater o narcotráfico no país vizinho. "Não podemos aceitar que o Brasil continue a ser corredor indulgente para aeronaves sem identificação ou autorização do governo", afirmou.

Em aparte, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) aplaudiu a iniciativa e cobrou providências do governo, por considerar a lei um elemento importante na segurança da Amazônia. Também em aparte, o senador Moreira Mendes (PFL-RO) afirmou que, se aeronaves do tráfico e do contrabando não forem abatidas, em breve o crime organizado poderá migrar para o Brasil. Para o senador Ramez Tebet (PMDB-MS), é urgente defender o território nacional.

Maria do Carmo cobra ações permanentes contra a seca

Apesar da proximidade do novo milênio, o governo não foi ainda capaz de adotar soluções que resolvam as consequências da estiagem, disse

A chegada da seca no sertão sergipano levou a senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) a questionar por que, na entrada do novo milênio, o governo não adota uma solução permanente para o problema no semi-árido nordestino. Ela cobrou uma "firme decisão política" em relação à seca, semelhante às providências adotadas no oeste norte-americano, Índia, China e Israel, entre outros países.

Segundo disse, com a posse de "um intelectual idealista" como presidente, voltou a esperança de que as teses de combate às desigualda-



Maria do Carmo: "Por que nossos sertanejos continuam a ser tratados como sub-raça?"

des prevaleceriam. Os nordestinos, afirmou, ressabiados pelas decepções de tantas promessas descumpridas, perguntavam se o novo presidente seria um verdadeiro líder, "que planeja para as próximas gerações ou seria apenas um político menor, que se preocupa tão-somente com as eleições seguintes".

Para Maria do Carmo, é triste e frustrante, mas necessário, constatar que pouco mudou no Nordeste no que diz respeito à seca, comparativamente ao que ocorria há cem anos. Continuam faltando políticas permanentes, apesar de, em 1907, Euclides da

Cunha ter insistido que a seca nordestina seria "o único fato de toda a nossa vida nacional ao qual se possa aplicar o princípio da precisão". E continuam, acrescentou a senadora, as medidas paliativas e humilhantes das "vergonhosas e inúteis escolas das frentes de emergência".

— Por que nossos sertanejos continuam a ser tratados como uma sub-raça? — questionou.

Para a senadora, é tão grave o descaso federal em relação aos sertanejos que poucos se dão conta do "verdadeiro genocídio" decorrente da seca. "Recentes pesquisas dão conta de que nos últimos 150 anos as secas foram responsáveis no mínimo pela morte de três milhões de nordestinos", disse. O número não abarca os retirantes que morreram nos seringais da Amazônia, lembrou.

Heloísa Helena faz apelo para garantir convocação do general Alberto Cardoso

Às vésperas de o Plenário votar requerimento de convocação do general Alberto Cardoso, chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) apelou à bancada governista para que não impeça o seu comparecimento ao Senado. Segundo o requerimento, assinado pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM), Alberto Cardoso deve explicar a atuação da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

Heloísa Helena observou que o próprio general já deu declarações informando que deseja vir ao Sena-

do. "Se ele já disse que está pronto para vir, espero que não caiba à bancada do governo ser omisa e cúmplice diante das bandalheiras que são colocadas perante a opinião pública", afirmou. Ela disse estar ansiosa para saber o que faz a Abin, inclusive porque "a agência



Heloísa: as atividades da Abin devem ser de conhecimento do Senado

deve estar municiando o Ministério Público de informações importan-

tes para a abertura de processos".

Por esse motivo, acrescentou, as atividades da Abin devem ser de conhecimento dos senadores. "Precisamos saber de tudo isso para cumprir com nossas obrigações constitucionais", afirmou, acrescentando que, "infelizmente, o Congresso tem-se omitido de uma forma vergonhosa".

Paulo Hartung aplaude reeleição do presidente da OAB no Espírito Santo

A reeleição para o quinto mandato consecutivo, com 63% dos votos, do presidente da seccional do Espírito Santo da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Agesandro da Costa Pereira, foi aplaudida pelo senador Paulo Hartung (PPS-ES). Ele afirmou que a justiça e a cidadania no estado ganham muito com a permanência no cargo de um "incansável



Hartung ressaltou o trabalho de Agesandro da Costa Pereira em favor dos direitos humanos

defensor dos direitos humanos e do cidadão".

Hartung manifestou a preocupação de políticos e outros cidadãos do Espírito Santo com as constantes ameaças que Agesandro vem recebendo em represália às suas ações contrárias ao crime organizado no estado, o que levou o Ministério da Justiça a determinar que a Polícia Federal ga-

ranta a sua segurança.

Segundo o senador, a passagem de Agesandro pela OAB-ES tem sido marcada, ao longo de quase dez anos, pelo resguardo das instituições, pela luta em prol do Estado democrático de direito, em defesa da cidadania e do aperfeiçoamento institucional.

O presidente da seccional da OAB, disse o senador, está indicado para receber o Prêmio Nacional de Direitos Humanos por seu trabalho à frente do Fórum de Combate à Violência e à Impunidade, em que se revelou "um incansável combatente ao crime organizado no Espírito Santo".



Álvaro apontou o crescimento do mercado informal como uma das causas da exclusão

Previdência atende cada vez menos, alerta Álvaro

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) fez ontem um alerta em Plenário sobre o aumento do número de trabalhadores fora do sistema previdenciário. Segundo afirmou, dados divulgados recentemente pelo INSS indicam que 38,7 milhões de trabalhadores estão sem cobertura da Previdência Social.

— É uma catástrofe, uma chaga social, que, se não assistida urgentemente, tende a se agravar.

As causas da exclusão, explicou Álvaro Dias, estão na falta de informação, nas dificuldades burocráticas, no crescimento do mercado informal e na escassez de empregos com carteira assinada. Ele acrescentou que essa "legião de trabalhadores desassistidos" é formada, em sua maioria, por pessoas pobres.

Na avaliação do senador, esse quadro acarretará grande problema social, sobretudo quando os trabalhadores chegarem à idade da aposentadoria. De acordo com Álvaro Dias, "ao ver esgotada sua energia, sua vitalidade, milhões deles vão descobrir que não terão condições de provar o mínimo de 10 anos de contribuição ao INSS". Conseqüentemente, não terão o direito à aposentadoria.

— Isso aponta para uma situação presente dramática e para um futuro trágico. O gigantesco contingente desprotegido terá de recorrer a uma das seguintes soluções: poupança própria acumulada, sorte de poucos; apoio da família, o que é apenas uma possibilidade; previdência privada, privilégio daqueles que recebem bons salários; ou esquemas assistenciais precários, afirmou.

Álvaro sugeriu a criação de mutirão, envolvendo o poder público e a sociedade, contra o problema. Ele propõe o engajamento de sindicatos, prefeituras, empresas e organizações assistenciais e profissionais para ampliar o número de trabalhadores no sistema previdenciário.

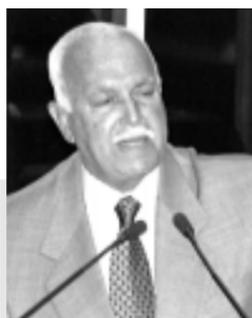
ACM cobra medidas contra irregularidades na Sudam

Senador pede providências ao presidente Fernando Henrique Cardoso e propõe comissão parlamentar de inquérito para investigar o assunto

O presidente do Senado Federal, senador Antonio Carlos Magalhães, pediu ontem da tribuna da Casa providências ao presidente da República a respeito das denúncias de corrupção na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

Com base em reportagem do jornalista Josias de Souza, publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, o senador já havia feito um pronunciamento no último dia 20, solicitando esclarecimento a respeito do assunto ao ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra. Ele voltou ao tema depois que o mesmo jornal publicou novas denúncias no domingo sobre irregularidades na Sudam. A matéria constará dos Anais da Casa, por pedido formulado pelo senador.

De acordo com a reportagem, a



Segundo Antonio Carlos, "o governo precisa mostrar que está vivo"

empresa Usimar Componentes Automotivos conseguiu obter da Sudam, em apenas quatro meses de existência, a aprovação de um projeto que, segundo a matéria, retirou dos cofres públicos R\$ 690 milhões em dois anos.

O senador disse ter documentos apontando uma série de empresas irregulares envolvidas com a Sudam e revelou ter sido procurado por um empresário que disse não suportar mais ter de pagar propina para receber financiamento.

Antonio Carlos afirmou que a Sudam "é hoje o maior covil de ladrões do Brasil", e defendeu a instalação de uma CPI para investigar o órgão e ouvir as pessoas denunciadas. Ele perguntou como o governo pode argumentar que não tem dinheiro para pagar um salário mínimo

de R\$ 180, se bastaria punir a corrupção da Sudam para obter esses recursos. "O governo precisa mostrar que está vivo", disse o parlamentar ao cobrar a investigação das denúncias.

O senador isentou o ministro Fernando Bezerra, mas culpou toda a máquina do ministério e da Sudam pelas irregularidades. Ele disse ter informado ao ministro que faria um pronunciamento sobre o assunto. Antonio Carlos garantiu que não vai desistir da cruzada pela moralidade e colocou o seu mandato à disposição, caso não consiga provar as acusações.

— Chegou o momento em que o silêncio do governo passa a ser a convivência, que é danosa à nação brasileira. Tenho certeza que o presidente não tem conhecimento da extensão desse fato. De hoje em diante, não pode ignorar mais. Nem ele, nem o ministro — disse o senador, acrescentando que estará "sempre alerta para defender a honestidade e a seriedade da vida pública brasileira".

Para Cabral, autarquia "está tomada pela corrupção"

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) voltou a defender ontem a garantia de incentivos fiscais à Zona Franca de Manaus, à qual atribui em grande parte o desenvolvimento do Norte do país. Também apoiou o discurso do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, que denunciou um esquema de corrupção que teria desviado R\$ 690 milhões da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Cabral sugeriu a entrega imediata ao Ministério Público dos documentos que comprovam o desvio de verbas.

— Não é bom que o mundo tome conhecimento que um órgão que cuida do desenvolvimento da Amazônia esteja tomado pela corrupção. O presidente da República tem a obrigação de tomar as providências administrativas, já que as providências penais não são de sua competência — disse.

Bernardo Cabral enfatizou que nenhum dos senadores amazonenses tem qualquer participação em

indicações ou projetos aprovados pelo órgão.

O senador insistiu ainda na necessidade de manter a Zona Franca de Manaus e aprovar a nova Lei de Informática nos moldes previstos pela Constituição federal, garantindo incentivos fiscais até 2013. Para Cabral, que mencionou a "batalha" travada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em torno do tema, a preservação da floresta é decorrente da criação da Zona Franca.

Ele elogiou o livro *L'Amazonie et la Mondialisation (A Amazônia e a Mundialização)*, do professor de Relações Internacionais da Universidade de Brasília Argemiro Procópio. "É um ensaio de ecologia política", afirmou, requerendo o envio de ofício, pelo Senado, em louvor ao trabalho.

Em aparte, o senador Antonio Carlos Magalhães agradeceu a manifestação de Cabral pela punição dos culpados pelo desvio de verbas na Sudam.

Jefferson Péres (PDT-AM) elogiou o discurso de Cabral e criticou a miopia da classe política, que, a seu ver, não tem dado a importância devida à Amazônia e à Zona Franca.

José Jorge (PFL-PE), relator da Lei de Informática na CCJ, defendeu a união das bancadas do Nordeste, Centro-Oeste e Norte por mais incentivos para estas regiões. Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) protestou contra a discriminação sofrida pela região Norte e elogiou o professor Argemiro Procópio, a quem considera "um acadêmico não contaminado pelos mitos disseminados acerca da região".



Cabral voltou a defender a garantia de incentivos à Zona Franca de Manaus

Mestrinho quer tributar países que emitem gases poluentes

O senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) propôs ontem a cobrança de uma taxa ou imposto dos países responsáveis pela emissão de gases poluentes, para usar na preservação de florestas e no reflorestamento de áreas que absorveriam esses gases.

"Somente os cerrados e o pampa gaúcho retiram 2 milhões de toneladas de gás carbônico da atmosfera", explicou.

Ele criticou os diagnósticos de ambientalistas que apontam as queimadas na Amazônia como causadoras do aquecimento global. "Não têm nenhum fundamento científico", afirmou. As queimadas, disse, são realizadas em todo o mundo e, somadas, correspondem a um percentual mínimo na emissão de gás carbônico quando comparado às emissões de automóveis e das indústrias de países ricos.

O maior problema, para ele, é a recusa das nações ricas em diminuir a emissão de gases. "Sempre teremos posição contrária quando os países ricos defenderem o meio ambiente às nossas custas. Se que-



Mestrinho: as nações ricas devem financiar a conservação de florestas

rem que mantenhamos as florestas como sumidouros de gás carbônico, que nos paguem", defendeu.

Bernardo Cabral (PFL-AM) lembrou o "fiasco" do encontro realizado em Haia para discutir o aquecimento global, em razão da recusa dos Estados Unidos em cumprir os acordos subscritos na Conferência Rio-92 e na reunião de Kyoto, em 1997. Conforme Cabral, 98% da Amazônia permanece intacta. "Protestos como o de Mestrinho são necessários, uma vez que a mídia publica notícias inverídicas sobre a região", disse.

Jefferson Péres (PDT-AM) afirmou que, apesar das previsões catastrofistas, seria muito bom para a humanidade que os países ricos começassem a reduzir a emissão de poluentes. Para ele, será difícil os países desenvolvidos aceitarem a cobrança de um imposto. "Não podemos embarcar cegamente nessas previsões apocalípticas, nem achar que tudo o que os ambientalistas prevêm para o mundo está incorreto", ponderou.

Jefferson critica falta de correção da tabela de IR

Ao criticar o governo por não atualizar há seis anos a tabela do Imposto de Renda (IR), o senador Jefferson Péres (PDT-AM) qualificou tal estratégia como uma forma indireta de aumentar o tributo. Ele lamentou que o Congresso assista "impávido e impotente a esse abuso do Executivo".

Jefferson ressaltou que a não atualização das faixas de isenção do IR tem alto custo para os assalariados, sobretudo os servidores públicos, "que são duplamente lesados, com o congelamento dos salários e a não correção da tabela". Ele informou que juízes de 1º grau têm concedido liminares pela correção, mas elas vêm sendo cassadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF), sem apreciação do mérito. "Duvido muito que o Judiciário considere constitucional o aumen-



Jefferson: Congresso não pode ficar "impávido a esse abuso do Executivo"

to indireto do IR", comentou.

Ele citou o projeto do senador Paulo Hartung (PPS-ES) que atualiza a tabela mais expressou dúvidas quanto à sua constitucionalidade, já que a matéria, por ser tributária, deve ser de iniciativa do Executivo. Jefferson disse que analisará a possibilidade

de legislar sobre a matéria por meio de projeto de resolução ou emenda à Constituição. "O que não podemos é assistir de braços cruzados ao governo aumentar impostos sem o Congresso nada fazer."

Jefferson também se disse espantado pelo fato de o presidente da República não ter determinado a apuração das irregularidades na Sudam. E manifestou sua disposição de assinar requerimento para instalar CPI para investigar a Sudam.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Geraldo Melo, Nabor Júnior, Álvaro Dias, Bello Parga, Lauro Campos, Moreira Mendes e Paulo Hartung